

As transformações radicais que desde há alguns anos têm vindo a ocorrer um pouco por todo o mundo, com particular incidência no Centro e Leste da Europa ajudaram a criar uma nova situação internacional, cujas consequências globais não são ainda claramente determináveis.

Em consequência dessas mutações parece verificar-se uma tendência para redistribuir, em benefício dos países situados naquelas regiões da Europa, os recursos que tradicionalmente eram canalizados para o auxílio aos países em vias de desenvolvimento. Ora, se é claro que esses apoios são indispensáveis e constituem elemento importante para a estabilização da situação naqueles países, não é menos verdade que tal auxílio não deve de modo algum pôr em causa a continuação, e até mesmo o incremento, da ajuda a várias regiões de outros continentes, muito em particular de África.

Com efeito, muitos disseram já que os anos 80 foram uma década perdida para o continente africano, por se ter tratado de um período durante o qual aquela zona do globo foi varrida por graves crises políticas, conflitos armados de diversa índole, políticas sócio-económicas desajustadas, explosão demográfica e fome. Nem tudo porém foi negativo, na medida que, em resultado de laboriosas campanhas levadas a cabo sobretudo nos domínios da saúde pública e da educação verificaram-se alguns, embora claramente insuficientes, progressos.

Nos últimos anos as políticas de ajuda ao desenvolvimento têm vindo a sofrer uma reorientação, de modo a concentrar esforços particulares na área dos recursos humanos, encarada como base de suporte para todo o desenvolvimento. É preciso não esquecer que a educação não ajuda apenas a criar condições para o crescimento económico, mas traz igualmente benefícios sociais directos ao proporcionar maiores e melhores oportunidades às populações que se encontram em condições mais desvantajosas.

Verifica-se hoje uma crescente tendência para considerar o indivíduo como centro de todo o processo de desenvolvimento da sociedade em que se

---

\* Ministro dos Negócios Estrangeiros.

encontra inserido. E, ao fazê-lo, não pode deixar de se atribuir papel essencial à educação. Esta, que se pretende universal, é uma das melhores formas de proporcionar às populações as necessárias condições para poderem gozar uma existência aos níveis mínimos compatíveis com a dignidade humana. Através da educação contribuir-se-á decisivamente não apenas para minorar a pobreza mas também para melhorar as condições de saúde e nutrição. Infelizmente, constrangimentos de ordem vária como a explosão demográfica, as crises económicas, a fome, os desequilíbrios sociais, etc., impedem muitas vezes a concretização eficaz do objectivo "educação para todos" que as administrações consistentemente visam atingir.

Os países em desenvolvimento e sobretudo os países africanos, para além de problemas sócio-económicos endémicos, lutam ainda com a falta de professores, de escolas e de materiais de apoio. A agravar este cenário vêm-se ainda a braços, tendo em conta as características da sua economia, com a questão das escassas opções profissionais para muitos dos jovens que saem das escolas.

Constatamos, sem dificuldade, que as legítimas esperanças das populações africanas aquando da independência não vieram, na sua grande maioria, a realizar-se. E a área onde esses insucessos ressaltam de imediato é, sem dúvida, a da educação, patente no elevadíssimo número de analfabetos existentes e no fracasso relativo da luta contra esta dramática limitação. Este problema é de resto agravado pela percentagem muito baixa que os orçamentos estatais dedicam normalmente ao sector da educação e que, na África Sub-Sahariana, não ultrapassa, em média, os 6% do orçamento total. Não pode além disso esquecer-se que, dos 42 Países Menos Avançados reconhecidos pelas Nações Unidas, 22 se encontram em África.

A pobreza destes países e a importância dos problemas estruturais que enfrentam é, na maior parte dos casos, um factor altamente impeditivo do desenvolvimento do sector educativo. E, sem a correcta estruturação e posterior desenvolvimento eficaz de adequados sistemas educativos não se podem construir as bases para o funcionamento de uma sociedade pluralista e democrática, onde os direitos humanos possam ser por todos usufruídos.

É importante também ter em conta o impacto negativo que certas políticas de ajustamento estrutural, corajosamente empreendidas pelos países mais pobres, tiveram no seu desenvolvimento social e educacional. Visando sobremaneira a estabilização urgente da situação económica, aquelas repercutiram-se muitas vezes com demasiada violência na área do desenvolvimento humano, afectando negativamente os sectores da saúde e da educação.

Outro ponto a que acima já me referi e que importa analisar, pelas implicações que tem, é o das aplicações orçamentais neste sector. Devido aos imperativos económicos com que se debatem os países africanos, muitos dos quais de natureza a exigir solução imediata, grande parte dos cidadãos viram-se obrigados a deixar de usufruir de um sistema de escolarização que lhe pudesse proporcionar as habilitações necessárias para enfrentar um mundo cada vez mais exigente.

Além disso, a disparidade da aplicação de verbas no sector do ensino na maioria dos países africanos merece, também, reflexão atenta. Assistimos muitas vezes a um grande investimento no ensino superior sem que o ensino primário e técnico tenha sido melhorado, desta maneira se incrementando a criação de elites que, mais tarde, por falta de condições adequadas no mercado de trabalho, se vêem forçadas a emigrar, não contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade que financiou em elevado grau a sua formação académica.

O papel essencial em sociedades deste tipo terá de ser atribuído à educação básica a qual deverá, neste momento, assumir prioridade sobre qualquer outra, pois é nela que reside a base para a melhoria das condições económicas, sociais e culturais de toda a sociedade.

Já no que toca ao ensino secundário atenção particular deverá merecer o ensino técnico, através da estruturação de um eficaz esquema de formação profissional que permita não só complementar os conhecimentos adquiridos a níveis inferiores, como também preparar convenientemente a população escolar para o mercado do trabalho.

Mas a formação profissional deve ser entendida num sentido mais amplo, de modo a abranger não só a população que procura o primeiro emprego, mas também aqueles que, embora sempre tenham trabalhado, por variadíssimas razões não tiveram oportunidade de actualizar ou reciclar os seus conhecimentos.

Tratando-se de sociedades em que determinados factores económicos negativos conduzem ao desaparecimento de alguns postos de trabalho e ao aparecimento de situações de subemprego, haverá que encarar a formação profissional como uma solução que, embora cara, poderá conduzir, a curto prazo, a resultados positivos.

É partindo desta perspectiva que Portugal tem vindo a apoiar de maneira significativa, nos países em desenvolvimento com quem mantém relações de cooperação, as acções no sector dos recursos humanos e, muito em especial, na educação. Para esse efeito tem sido canalizada parte não despidiéndose das verbas gastas com ajuda pública ao desenvolvimento e que, segundo contabilização feita dentro dos parâmetros estabelecidos pelo

Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE ultrapassaram, em 1990, o montante global de 15,600 milhões de contos, correspondentes a cerca de 0,25% do nosso PNB.

À parte os cerca de dois mil bolseiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que, nas áreas de formação profissional e do ensino secundário e superior, estudam em Portugal, outros projectos estão a ser levados a cabo nos próprios países, entre eles sobressaindo a reformulação do plano curricular da formação de professores e de formadores, a reorganização institucional dos sistemas educativos, o relançamento da Escola de Direito de Bissau, a cooperação entre a Universidade Eduardo Mondlane de Maputo e as instituições portuguesas do ensino superior, o apoio prestado ao Instituto Superior de Ciências da Educação e Universidade Agostinho Neto.

O nosso país privilegia, dentro do quadro do apoio ao desenvolvimento, e de forma muito particular, a sua relação com os cinco países africanos de expressão portuguesa. Estes, por várias razões, entre as quais sobressaem a falta de empregos e de escolas, a alta taxa demográfica, a rudimentar assistência sanitária, enfrentam dificuldades que se traduzem, na prática, em elevados graus de analfabetismo e em déficits consideráveis de mão-de-obra qualificada.

Para obviar a estas dificuldades temos vindo a adoptar um esquema de realização em Portugal de cursos de formação profissional. Estamos, porém, a considerar a hipótese de se criarem estruturas de formação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que não só reduzirão substancialmente os custos, como também poderão ajudar à adaptação social dos bolseiros e a ultrapassar os problemas que se colocam em função do frequente não retorno daqueles aos seus países.

De realçar também que o esforço desenvolvido pelas estruturas oficiais de cooperação nas áreas da educação e da formação profissional tem sido complementado, de modo muito útil, pelo sector privado, sobretudo por empresas e Organizações Não Governamentais.

Para finalizar, gostaria ainda de sublinhar, que ao nível multilateral, Portugal tem participado de modo activo na formulação da política europeia em matéria de educação e formação profissional com os países em desenvolvimento e, em especial, os de África. Neste domínio basta apenas aludir ao capítulo sobre cooperação cultural e social contido na Convenção de Lomé IV, onde especial atenção é atribuída à educação, à formação profissional, à cooperação científica e técnica, ao papel das mulheres no desenvolvimento e à saúde.